

Renato Marcão

Advogado. Membro aposentado do Ministério Público do Estado de São Paulo. Doutorando em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Coimbra. Mestre em Direito Penal, Político e Econômico. Membro do Instituto Brasileiro de Execução Penal (IBEP).

E-mail: rmarcao@terra.com.br

CURSO DE EXECUÇÃO PENAL

21ª edição
2024



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições	Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial	Livia Céspedes
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Samantha Rangel
Design e produção	Jeferson Costa da Silva (coord.) Alanne Maria de Jesus Lais Soriano Rosana Peroni Fazolari Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Rafael Cancio Padovan
Revisão	Lígia Alves
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ELABORADO POR VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

M313c Marcão, Renato
Curso de Execução Penal / Renato Marcão. - 21 ed. - São Paulo : Saraiva Jur, 2024.
296 p.
ISBN: 978-85-5362-294-8
1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

2023-2990 CDD 345
CDU 343

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Penal 345
2. Direito Penal 343

Data de fechamento da edição: 8-1-2024

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA CL CAE

<i>Abreviaturas</i>	VII
<i>Apresentação</i>	XIII
<i>Prefácio</i>	XV

Capítulo I

DOS OBJETIVOS E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

1. Pressuposto e objetivos da execução penal.....	1
2. Natureza jurídica	2
3. Princípios e garantias constitucionais	3
4. Exequente	4
5. Executado	4
6. Jurisdição especializada	5
7. Execução provisória	5
7.1. Execução provisória quando pendente de julgamento Recurso Especial ou Extraordinário.....	7
7.2. Execução provisória de penas restritivas de direitos	10
7.3. Execução provisória de <i>sursis</i>	11
7.4. Execução provisória de pena igual ou superior a 15 anos de reclusão, imposta no Tribunal do Júri.....	11
7.5. Juízo competente em sede de execução provisória.....	12
8. Condenado pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária	12
9. Condenado pela Justiça Estadual que cumpre pena em presídio federal.....	12
10. Princípio da isonomia e direitos não atingidos.....	12

CAPÍTULO II

DO CONDENADO E DO INTERNADO. DA CLASSIFICAÇÃO

1. Noções gerais.....	15
2. Exame criminológico e exame de personalidade	16
3. Implicações decorrentes da Lei n. 10.792, de 1º de dezembro de 2003.....	17
3.1. Classificação e individualização da pena.....	17
4. Identificação do perfil genético	18
4.1. Sobre a Lei n. 12.654, de 28 de maio de 2012	18
4.2. Identificação criminal	18
4.3. Sobre o art. 9º-A da Lei de Execução Penal	19
4.4. Identificação mediante extração de DNA — ácido desoxirribonucleico.....	19
4.5. Inconstitucionalidade da extração compulsória de DNA	19

CAPÍTULO III

DA ASSISTÊNCIA

1. Generalidades.....	21
2. Assistência material.....	22
3. Assistência à saúde.....	22
4. Assistência jurídica	23
5. Assistência educacional	24
6. Assistência social	25
7. Assistência religiosa.....	25
8. Da assistência ao egresso.....	26

CAPÍTULO IV

DO TRABALHO

1. Generalidades.....	27
2. Do trabalho interno	28
3. Do trabalho externo.....	28
3.1. Pena decorrente de condenação pela prática de crime hediondo ou assemelhado ...	29

CAPÍTULO V

DOS DEVERES, DOS DIREITOS E DA DISCIPLINA

1. Dos deveres	31
2. Dos direitos	32
3. Da disciplina.....	33
3.1. Das faltas disciplinares.....	34
3.2. O RDD Regime Disciplinar Diferenciado.....	38
3.2.1. Origem histórica	38
3.2.2. O regime disciplinar diferenciado na Lei de Execução Penal	38
3.2.3. O isolamento preventivo e o regime disciplinar diferenciado preventivo ou cautelar.....	41
3.2.4. Procedimento.....	42
3.2.4.1. Inclusão preventiva no RDD.....	42
3.2.4.2. Decisão definitiva.....	42
3.2.5. Outras considerações ligadas ao regime disciplinar diferenciado	43
3.3. Das sanções	43
3.4. Das recompensas	46

CAPÍTULO VI

DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL

1. Órgãos da execução.....	47
2. Do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	47
3. Do juízo da execução.....	48
3.1. Jurisdição	49
3.2. Juiz competente	49
3.3. Competência para a aplicação da lei mais benigna.....	51

3.3.1. A declarada inconstitucionalidade do regime inicial fechado <i>ex lege</i> e seus efeitos na execução penal	51
3.4. Competência para declarar extinta a punibilidade	53
3.5. Competência para decidir sobre soma ou unificação de penas.....	53
3.6. Competência para decidir sobre progressão ou regressão de regime.....	53
3.6.1. Progressão de regime	53
3.6.2. Regressão de regime	54
3.6.2.1. Regressão cautelar	54
3.7. Competência para decidir sobre detração e remição de pena.....	55
3.7.1. Detração	55
3.7.1.1. Alcance da detração.....	55
3.7.2. Remição	56
3.8. Competência para decidir sobre suspensão condicional da pena.....	57
3.9. Competência para decidir sobre livramento condicional.....	57
3.10. Competência para decidir sobre incidentes da execução.....	58
3.11. Competência para autorizar saídas temporárias	58
3.12. Competência para determinar a forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalizar sua execução.....	58
3.13. Competência para determinar a conversão da pena restritiva de direitos e de multa em privativa de liberdade	60
3.14. Competência para determinar a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos	61
3.15. Competência para determinar a aplicação da medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança	62
3.16. Competência para determinar a revogação da medida de segurança	62
3.17. Competência para determinar a desinternação e o restabelecimento da situação anterior	62
3.18. Competência para determinar o cumprimento de pena ou de medida de segurança em outra comarca	63
3.19. Competência para determinar a remoção do condenado na hipótese prevista no § 1º do art. 86 da LEP.....	63
3.20. Zelar pelo correto cumprimento da pena e de medida de segurança.....	63
3.21. Inspeccionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade	65
3.22. Interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta lei..	65
3.23. Compor e instalar o Conselho da Comunidade	66
3.24. Emitir anualmente atestado de pena a cumprir.....	67
4. Do Ministério Público	68
5. Do Conselho Penitenciário	68
6. Dos departamentos penitenciários.....	70
7. Do patronato	71
8. Do Conselho da Comunidade	71
9. Da Defensoria Pública.....	72

CAPÍTULO VII

DOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS

1. Dos estabelecimentos penais	75
2. Da prisão especial.....	79
3. Da penitenciária	81
4. Da colônia agrícola, industrial ou similar	82
5. Da casa do albergado.....	85
6. Do centro de observação.....	86
7. Do hospital de custódia e tratamento psiquiátrico	87
8. Da cadeia pública.....	88

CAPÍTULO VIII

DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE

1. Das penas privativas de liberdade.....	91
2. Execução provisória	92
2.1. Execução provisória quando pendente de julgamento Recurso Especial ou Extraordinário.....	93
2.2. Execução provisória de penas restritivas de direitos	95
2.3. Execução provisória de <i>sursis</i>	96
3. Superveniência de doença mental.....	97
4. Cumprimento e extinção da pena	97

CAPÍTULO IX

DOS REGIMES

1. Regimes de cumprimento de pena privativa de liberdade.....	99
1.1. A declarada inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei n. 8.072/90 e seus reflexos na execução penal	101
2. Condenação por mais de um crime	103

CAPÍTULO X

DA PROGRESSÃO DE REGIME

1. Progressão de regime e seus requisitos.....	105
1.1. Progressão.....	105
1.1.1. Progressão especial	106
1.2. Requisito objetivo.....	107
1.2.1. Pagamento da multa cumulativamente imposta como requisito para progressão de regime	109
1.2.2. Condenação por crime contra a administração pública	110
1.2.3. Organizações criminosas	111
1.2.3.1. Dispensa do(s) requisito(s) objetivo(s).....	111
1.2.3.2. A inconstitucionalidade do § 9º do art. 2º da Lei n. 12.850/2013 ..	111
1.3. Requisito subjetivo	112
1.3.1. <i>Habeas corpus</i> visando progressão de regime	116
1.3.2. Exame criminológico obrigatório e exame criminológico facultativo...	116

Índice	XXI
2. Progressão por salto.....	117
3. Competência.....	117
3.1. Condenado transferido.....	117
4. Necessidade de prévia oitiva do Ministério Público e da defesa.....	118
5. Falta grave e progressão.....	118
5.1. Condenado inserido em presídio federal de segurança máxima	119
6. Gravidade do delito.....	119
7. A progressão de regime em face do art. 75, § 1º, do Código Penal.....	120
8. Falta de vagas em estabelecimento adequado	120
9. Regime integral fechado e regime inicial fechado <i>ex lege</i>	122
9.1. A inconstitucionalidade de ambos	122
10. Da progressão para o regime aberto	123
11. Da prisão-albergue domiciliar	125
11.1. Monitoramento eletrônico	125
11.2. Prisão-albergue domiciliar em razão da ausência de estabelecimento adequa- do para o cumprimento de pena no regime aberto.....	126
11.2.1. Hipóteses excepcionais	128

CAPÍTULO XI

DA REGRESSÃO DE REGIME

1. Generalidades.....	129
2. Condutas ensejadoras de regressão	130
2.1. Prática de fato definido como crime doloso	130
2.2. Prática de falta grave	131
2.2.1. Repercussões da falta grave	132
2.3. Condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime	132
2.3.1. Unificação de penas e data-base para a concessão de posteriores bene- fícios.....	133
2.4. Frustrar os fins da execução.....	134
2.5. Não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta.....	135
2.6. Violação de deveres relacionados com o monitoramento eletrônico	135
3. Ampla defesa e contraditório	135
3.1. Executado que abandona o regime aberto e vai para lugar desconhecido.....	136
4. Regressão cautelar	137

CAPÍTULO XII

DAS AUTORIZAÇÕES DE SAÍDA

1. Generalidades.....	139
2. Da permissão de saída	139
2.1. Prazo da permissão de saída	140
3. Da saída temporária.....	141
3.1. Hipóteses autorizadoras e requisitos.....	141
3.2. Competência	143

3.3. Prazo.....	144
3.4. Saídas automatizadas.....	144
3.5. Condições para o gozo de saída temporária.....	145
3.6. Monitoramento eletrônico.....	146
3.7. Revogação do benefício.....	146
3.8. Da recuperação do direito.....	146

CAPÍTULO XIII

DA REMIÇÃO

1. Noção.....	149
2. Generalidades.....	149
3. Requisitos.....	150
3.1. Remição pelo trabalho.....	150
3.1.1. Horário especial.....	151
3.1.2. Atividades laborativas.....	152
3.2. Remição pelo estudo.....	152
3.2.1. Quem pode remir pena pelo estudo.....	154
3.2.2. Remição cumulativa.....	154
3.3. Remição pela leitura.....	154
3.4. Remição virtual ou ficta.....	155
4. Como se procede ao abatimento dos dias remidos.....	156
5. Procedimento e decisão judicial.....	156
6. Perda dos dias remidos.....	157
6.1. Ampla defesa e contraditório.....	158

CAPÍTULO XIV

DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito e noção.....	159
2. Pressupostos.....	160
2.1. Pressupostos objetivos.....	161
2.1.1. Quantidade da pena.....	161
2.1.1.1. Sobre o art. 75 do Código Penal.....	162
2.1.2. Reparação do dano.....	163
2.2. Pressupostos subjetivos.....	164
3. Oitiva do Conselho Penitenciário, do Ministério Público e do defensor.....	167
3.1. Do Conselho Penitenciário.....	167
3.2. Do Ministério Público.....	167
3.3. Do defensor.....	168
4. Livramento condicional a estrangeiro.....	168
5. Condições do livramento.....	169
5.1. Noção.....	169
5.2. Condições obrigatórias.....	169
5.3. Condições facultativas.....	170
5.4. Condições legais indiretas.....	171

6. Carta e cerimônia de livramento	172
7. Modificação das condições.....	172
8. Suspensão do curso do livramento condicional.....	173
9. Revogação do livramento.....	175
9.1. Generalidades.....	175
9.2. Revogação obrigatória	175
9.3. Revogação facultativa	176
10. Outras considerações.....	177
11. Extinção da pena privativa de liberdade.....	178

CAPÍTULO XV

DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO

1. Introdução.....	181
2. Autoridade competente para determinar o monitoramento.....	182
3. Cabimento	182
4. Cuidados e deveres do executado submetido a monitoramento eletrônico.....	182
4.1. Receber visitas do servidor responsável pelo monitoramento eletrônico, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações	183
4.2. Abster-se de remover, de violar, de modificar, de danificar de qualquer forma o dispositivo de monitoramento eletrônico ou de permitir que outrem o faça....	183
5. Violação dos deveres pelo executado	184
5.1. Regressão de regime prisional.....	184
5.2. Revogação da autorização de saída temporária.....	185
5.3. Revogação da prisão domiciliar	185
5.4. Advertência escrita	186
6. Revogação do monitoramento	186
6.1. Desnecessidade ou inadequação	186
6.2. Violação de deveres.....	187
6.3 Prática de falta grave	187

CAPÍTULO XVI

DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Introdução.....	189
2. As denominadas penas restritivas de direitos	190
3. Da execução das penas restritivas de direitos	191
3.1. Noções gerais	191
3.2. Prestação pecuniária.....	191
3.2.1. Prestação de outra natureza (ou prestação inominada).....	193
3.3. Perda de bens e valores.....	193
3.4. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	194
3.5. Interdição temporária de direitos	195
3.6. Limitação de fim de semana	196
3.7. Alteração da forma de cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana.....	197
3.8. Execução provisória	197

CAPÍTULO XVII

DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. A suspensão condicional da pena ou <i>sursis</i>	199
2. Tipos de <i>sursis</i>	199
3. A execução do <i>sursis</i>	200
3.1. <i>Sursis</i> ineficaz ou sem efeito.....	202
3.2. Prorrogação e revogação do período de prova.....	203
3.2.1. Prorrogação.....	203
3.2.2. Revogação obrigatória e revogação facultativa.....	204
3.2.3. Duplo <i>sursis</i>	205
3.2.4. Cassação do <i>sursis</i>	205
3.2.5. Extinção da punibilidade.....	205
3.2.6. Registro.....	206
4. Cabimento de <i>sursis</i> em condenação por crime hediondo ou assemelhado.....	206
5. Execução provisória.....	206

CAPÍTULO XVIII

DA PENA DE MULTA

1. Generalidades.....	209
2. Do título executivo e da natureza jurídica.....	210
3. Legitimação ativa.....	210
4. Juízo competente.....	213
5. Processamento.....	215
6. Impossibilidade de conversão da multa em privativa de liberdade.....	216
6.1. Sobre a impossibilidade de conversão nos Juizados Especiais Criminais.....	216
7. Execução provisória.....	217
8. Atualização monetária.....	218
9. Detração.....	218
10. Extinção da punibilidade sem o pagamento da multa.....	218

CAPÍTULO XIX

DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Noções introdutórias.....	223
2. Condições da execução.....	225
3. Medidas de segurança em espécie.....	225
4. Ausência de vaga para internação.....	227
5. Da cessação de periculosidade.....	228
6. Prazo máximo de duração.....	230

CAPÍTULO XX

DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO

1. Conceito e generalidades.....	231
2. Das conversões.....	232
2.1. Noção.....	232

3.	Das conversões em espécie	233
3.1.	Conversão da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, em restritiva de direitos	233
3.2.	Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	234
3.2.1.	Conversão da pena de prestação de serviços à comunidade	235
3.2.2.	Conversão da pena de limitação de fim de semana	237
3.2.3.	Conversão da pena de interdição temporária de direitos	237
3.2.4.	Conversão das penas de prestação pecuniária e de perda de bens e valores	237
3.2.5.	Conversão da pena inominada (pena de prestação de outra natureza)	239
3.3.	Conversão da pena de multa em detenção	240
3.4.	Doença mental ou perturbação da saúde mental superveniente	240
3.4.1.	Duração da medida de segurança substitutiva	241
3.5.	Conversão do tratamento ambulatorial em internação	242
4.	Do excesso ou desvio	243
4.1.	Noções gerais	243
4.2.	Do excesso	244
4.2.1.	Sobre o § 8º do art. 2º da Lei n. 12.850/2013	244
4.3.	Do desvio	245
4.4.	Quem pode suscitar	245
5.	Da anistia e do indulto	246
5.1.	Notas introdutórias	246
5.2.	Da anistia	246
5.2.1.	Procedimento	247
5.3.	Do indulto	248
5.3.1.	Indulto individual	248
5.3.1.1.	Procedimento	249
5.3.2.	Indulto coletivo	250
5.3.2.1.	Procedimento do indulto coletivo	252
5.3.2.2.	Sobre o parecer do Conselho Penitenciário	252
5.3.3.	Comutação de pena	253
5.4.	Crimes hediondos e assemelhados	253

CAPÍTULO XXI

DO PROCEDIMENTO JUDICIAL

1.	Introdução	255
2.	Procedimento	255
3.	Iniciativa	256
4.	Processamento	256
5.	Do agravo em execução	257
5.1.	Fungibilidade recursal	259
5.2.	Outras considerações	259

CAPÍTULO XXII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

1. Divulgação indevida.....	261
2. Emprego de algemas.....	261
3. O condenado por crime político não está obrigado a trabalhar.....	262
4. Falta de estabelecimento adequado para o cumprimento de prisão civil e prisão administrativa.....	263
5. Direito ao esquecimento. Extinção da pena e anotações sobre a vida pretérita.....	264
5.1. Art. 202 da LEP <i>versus</i> reabilitação criminal.....	264
6. Implantação do sistema de execução penal.....	265
<i>Bibliografia</i>	267